

1 ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIA  
2 HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS, realizada no dia dezenove  
3 de maio de dois mil e dezessete no Colégio Municipal do Sana, localizado na rua Jose  
4 Jesus Junior, s/n, Fazenda Três Marias, Sana, Macaé/RJ. Ao décimo nono dia do mês de  
5 maio de dois mil e dezessete às nove horas em primeira convocação e às nove horas e  
6 trinta minutos em segunda convocação, deu-se início a Reunião Extraordinária da  
7 Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras com a seguinte  
8 relação de presença: Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra, representante da Prefeitura  
9 Municipal de Macaé (PMM); Vitor Naylor da Cunha e Luiz Henrique Souza Salgado,  
10 representantes da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ);  
11 Tatiane Araujo da Silva, representante do Instituto Estadual do Ambiente (INEA);  
12 Bruno Szuchmacher, representante do Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente  
13 (GDEPS); Mauricio Mussi Molisani, representante da Universidade Federal do Rio de  
14 Janeiro (UFRJ) – Campus Macaé; Ricardo Esteves Monteiro, representante da  
15 Associação de Apoio à Escola do Colégio Estadual José Martins da Costa  
16 (AAECEJMC); Márcio Nascimento da Silva, representante da Associação de Proteção  
17 ao Patrimônio Ambiental e Cultural Tororó Sana (APPPAC Tororó Sana); Alda Maria  
18 de Oliveira, representante do Instituto Bioacqua de Desenvolvimento Sustentável e  
19 Defesa do Meio Ambiente (BIOACQUA); Maria Inês Paes Ferreira, representante do  
20 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) - Campus  
21 Macaé; Virgínia Vilas Boas Sá Rego, representante da Universidade Cândido Mendes  
22 (UCAM) – Nova Friburgo; Pedro Adnet Moura, representante da Associação  
23 Friburguense de Canoagem (AFRICA); Eduardo Bini da Silva, representante do Centro  
24 de Estudos e Conservação da Natureza (CECNA); Gleidson Mendes da S. Magalhães,  
25 representante da Petrobrás – Base Cabiúnas; Emmiline Aguiar, representante da  
26 Associação Agroecológica e Agricultura Familiar de Lumiar e Arredores (ALUMIAR);  
27 Adriana Tenorio, representante da Petrobrás – Termomacaé; Artur S. Andrade,  
28 coordenador administrativo do CILSJ, Renivaldo de Guzzi, coordenador de núcleo do  
29 CILSJ; Sidney Porto Soares, assistente administrativo do CILSJ; Thiago J. S. Cardoso,  
30 assistente administrativo do CILSJ; Raissa Dern, estagiária do CILSJ e como  
31 convidados: Mauricio Saes, Marco Mesquita, Washington A. M. Santos, Leandro  
32 Andrade da Silva, Carlos Alberto Oliveira, Edson Ricardo, Rodolpho M Filho, Paulo  
33 Henrique, Gilmar Marinho, Camila Ferreira, Elizabeth Pena, Rita de Cassia, Marcelo  
34 Gonçalves Lopes, Osmar Pena, Paulo Sergio, Wallace Costa, Mariana Kupferberg, Luis  
35 Santos, Marilene Costa de Araújo, Elizabeth Souto, Jamile Lavigne Halla, Gabriel  
36 Lima, Luisa Taranto P. Santos, Karla de Cassia Santos, e Tom Adnet Moura. A reunião  
37 foi presidida pelo Diretor Presidente do CBH Macaé, Sr. Rodolfo dos Santos Coutinho  
38 Coimbra. A pauta da reunião foi composta pelo seguinte item: **1 – Conflito de uso dos**  
39 **Recursos Hídricos em áreas de Atrativos Turísticos.** O Sr. Rodolfo iniciou a reunião

40 se apresentando aos convidados, informando que o proprietário do local onde se  
41 estabeleceu o conflito no Sana e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil  
42 (OAB) foram convidados para a reunião, mas que ainda não estavam presentes e  
43 esclarecendo qual o objetivo do CBH Macaé com a reunião. O Sr. Rodolfo informou  
44 que uma das funções do CBH Macaé é arbitrar conflitos relacionados aos recursos  
45 hídricos e por isso foi provocado para se manifestar em relação à cobrança para acesso  
46 aos atrativos turístico que está ocorrendo no Sana. Esclareceu ainda que o objetivo da  
47 reunião é ouvir a comunidade e todos os envolvidos para obter um melhor entendimento  
48 da situação. Em seguida o Sr. Rodolfo explicou como a reunião deveria ocorrer  
49 indicando em quais momentos os presentes deveriam se manifestar, para que todos  
50 pudessem participar de forma organizada devido à quantidade de pessoas na reunião.  
51 Em seguida a Sr.<sup>a</sup> Virgínia, representante da UCAM no CBH Macaé, fez uma  
52 apresentação introdutória à reunião, onde se apresentou brevemente, relatou sua  
53 experiência e participação no comitê, e em seguida explicou o que é o Comitê de Bacia  
54 Hidrográfica, quais suas funções, atribuições e objetivos. Lembrou que questões de  
55 conflito como a cobrança para acesso a atrativos turísticos já existiram em outras partes  
56 da Bacia Hidrográfica e que deverão existir outras mais. Comentou que o  
57 desenvolvimento sustentável depende também do desenvolvimento social e econômico  
58 e que para a gestão das águas todos os interesses devem ser avaliados para garantir os  
59 múltiplos usos dos recursos hídricos. Entretanto a conciliação dos diversos interesses é  
60 dificultada devido a um problema estrutural que é a carência de educação no Brasil. Em  
61 seguida a Sr.<sup>a</sup> Virgínia falou sobre o Plano de Recursos Hídricos (PRH) da Região  
62 Hidrográfica VIII (RH VIII) e especificamente apresentou o Programa de Ordenamento  
63 do Turismo previsto no plano. Comentou sobre sua tese de doutorado, abordando os  
64 movimentos em defesa do meio ambiente nas APAs do Sana e de Macaé de Cima.  
65 Levantou algumas questões que devem ser levadas em conta nos conflitos deste tipo,  
66 tais como: Capacidade de suporte dos atrativos turísticos, como garantir gestão voltada  
67 para a sustentabilidade, qual o papel do poder público, como garantir a disponibilidade  
68 quali-quantitativa dos recursos hídricos, como controlar os preços em caso de cobrança,  
69 entre outras questões. Em seguida o Sr. Rodolfo pediu para que as pessoas interessadas  
70 em fazer perguntas a respeito da apresentação da Sr.<sup>a</sup> Virgínia se manifestassem, para  
71 organização e controle do tempo de duração da reunião. O Sr. Marcelo, representante do  
72 Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente, desejou se manifestar para esclarecer que  
73 o projeto da Pequena Semente apontado durante a apresentação da Sr.<sup>a</sup> Virgínia  
74 continua existindo embora não tenha visibilidade atualmente. O Sr. Marcio Nascimento  
75 esclareceu que a base operacional de meio ambiente foi instalada no ano de 2010 (dois  
76 mil e dez) e não em 2013 (dois mil e treze) como apontado pela Sr.<sup>a</sup> Virgínia em sua  
77 apresentação. O Sr. Carlos Jerônimo comentou que o estudo de capacidade de suporte  
78 citado na apresentação, no qual sugere capacidade para 400 (quatrocentas) pessoas,

79 representa a capacidade da infraestrutura local de atender a demanda do turismo, e não a  
80 capacidade de suporte das trilhas, e que não foi realizado estudo para avaliar esta  
81 capacidade. O Sr. Carlos comentou ainda que a cobrança em questão no Sana vem  
82 sendo feita na entrada da propriedade que dá acesso às cachoeiras e não na servidão que  
83 dá acesso a outras propriedades. Algumas pessoas presentes se manifestaram relatando  
84 que a abordagem para cobrança é feita na servidão e não na propriedade. O Sr. Carlos  
85 comentou que discutir uma gestão compartilhada em uma propriedade particular dentro  
86 de uma área de preservação ambiental (APA) é legalmente confuso. Apontou que cabe  
87 ao poder público fiscalizar as ações realizadas e que talvez seja exigido um alvará de  
88 funcionamento para o projeto. Destacou ainda que o acesso à cachoeira deve ser  
89 abordado separadamente do recurso hídrico. O Sr. Rodolfo pediu então para as pessoas  
90 interessadas em falar se manifestassem. Após verificar a quantidade de interessados foi  
91 estipulado um tempo de três minutos para manifestação de cada um. O Sr. Marcio  
92 Nascimento fez uma pequena apresentação onde constava: alguns artigos das leis  
93 federal 9.433 e estadual 6.589 que embasam seu posicionamento, o histórico do  
94 movimento de defesa ambiental no Sana, indicação das ações realizadas, os pontos  
95 positivos e negativos a atual situação e finalizou indicando sua proposta de criar uma  
96 comissão gestora para administração dos recursos da cobrança pelo acesso. A Sr.<sup>a</sup>  
97 Marilene questionou por que a passagem para outras propriedades é considerada  
98 servidão enquanto a passagem para as cachoeiras não é, se ambas são usadas há anos  
99 pela comunidade. A Sr.<sup>a</sup> Virgínia respondeu que esta deve ser por uma questão jurídica  
100 e ela não sabe dizer o motivo da distinção. Em seguida a Sr.<sup>a</sup> Elizabete, proprietária de  
101 um sítio na região do Sana, segundo ela, desde a década de oitenta, informou que  
102 naquela época ninguém chegava à sua propriedade, mas que ao longo dos anos, várias  
103 pessoas passaram a aparece questionando se ali era o caminho para o “Peito do Pombo”,  
104 e ela os informava que deveriam retornar para então voltar ao caminho correto. Colocou  
105 que durante todo esse período ela tem visto o vale do “Peito do Pombo” sendo  
106 degradado, e que entendia a ação do Sr. Alexandre em cobrar pelo acesso às cachoeiras  
107 por sua propriedade. A Sr.<sup>a</sup> Elizabete disse ser a favor da cobrança pelo acesso, desde  
108 que haja uma organização do turismo e visitação na região. Em seguida o Sr. Marcelo,  
109 proprietário de camping na região, comentou sobre o turismo na região. Segundo ele, a  
110 crise econômica nacional e do estado do Rio de Janeiro, a divulgação pela mídia de uma  
111 possível epidemia de febre amarela e a cobrança (e aumento do valor desta) pelo acesso  
112 às cachoeiras tem produzido efeito sobre o número de visitantes na região, o que afetou  
113 o comércio e geração de emprego no Sana. Finalizou dizendo que concorda com um  
114 controle da visitação para a proteção do meio ambiente, mas que deve ser avaliado o  
115 efeito sobre a economia da região e com isso encontrar uma maneira de equilibrar os  
116 interesses, caso contrário pode não haver futuramente uma comunidade no Sana como a  
117 que existe hoje em dia. O Sr. Carlos, proprietário de pousada no Sana, apontou a

118 necessidade de placas indicativas, alteração do local onde está sendo feita a cobrança,  
119 pois não é na entrada da propriedade, e a necessidade de controle do preço cobrado.  
120 Sugeriu ainda que seja criado um pacote promocional para família e para visitação em  
121 dois dias, de forma que não onere demais o turista nestes dois casos. O Sr. Isaias se  
122 manifestou contrariamente   cobrança pelo acesso   cachoeira, informou que nasceu no  
123 Sana e que o acesso sempre existiu, que o turista não deveria pagar para frequentar  
124 cachoeira já que contribui para o Sana pagando hospedagem e alimenta o por  
125 exemplo. Em sua opinião a cobrança interfere negativamente no turismo da região  
126 reduzindo o número de visitantes e com isso a quantidade de dinheiro gasto, afetando a  
127 todos. O Sr. Oseias, comerciante, concordou que não deve ser feita a cobrança pelo  
128 direito de acesso   água, por todo histórico de acesso às cachoeiras por esse caminho e  
129 pelo impacto no número de visitantes da região. A Sr.  Marluce questionou a eleva o  
130 do preço cobrado sem levar em conta o impacto que traz ao número de visitantes. O Sr.  
131 Paulo relatou que um hóspede seu subiu pelo curso do rio sem passar pelo caminho de  
132 acesso as cachoeiras, onde   realizada a cobrança, e foi abordado por um homem  
133 armado que o impediu de passar e informou que ele deveria acessar a cachoeira pelo  
134 local onde   feita a cobrança. O Sr. Marcelo, representante da Pequena Semente,  
135 lembrou que na década de noventa foi feita uma tentativa por parte do proprietário de  
136 implantar essa cobrança que está sendo feita atualmente, mas que teve uma grande  
137 resistência da comunidade naquela época. Informou também que no ano de dois mil e  
138 três foi feita uma interferência alterando a localiza o da trilha de acesso e que  
139 recentemente foram feitas interven es indevidas nesta trilha, levantando a questão de  
140 que independentemente da cobrança para acesso   cachoeira, na execu o do projeto  
141 estão sendo feitas interven es prejudiciais ao meio ambiente que não estão sendo  
142 devidamente discutidas. A Sr.  Lucia, proprietária de uma pousada no Sana, lembrou  
143 que a fala de todos até o momento reflete a falta de comunica o entre a comunidade,  
144 segundo ela todos que se manifestaram estão corretos e   preciso buscar um consenso.  
145 O Sr. Carlos Jer nimo comentou sobre a existência de outros tipos de ameaça ao  
146 turismo no Sana, como várias interven es em áreas de Preserva o Permanente  
147 (APPs), desmatamento e outras interferências que prejudicam os atrativos naturais e o  
148 meio ambiente e por consequência o turismo e a economia local. Após as manifesta es  
149 realizadas, o Sr. Rodolfo esclareceu que qualquer tipo de denúncia em rela o   faixa  
150 marginal ou trilhas de acesso deve ser feita   secretaria de meio ambiente. O Sr.  
151 Rodolfo informou ao Sr. Alexandre (que já havia chegado   reunião), proprietário da  
152  rea onde está sendo realizada a cobrança, que muitos posicionamentos feitos até o  
153 momento não são contra a cobrança, mas sim   varia o no valor desta sem qualquer  
154 tipo de consulta   comunidade. Em seguida convidou o Sr. Alexandre para se manifestar  
155 a respeito da situa o. O Sr. Alexandre lembrou que há vinte anos a propriedade foi  
156 posta   venda, e que havia a ameaça de loteamento desta, mas a partir de sua



157 mobilização para aquisição da propriedade é que foi possível ela permanecer como está.  
158 Informou que a cobrança feita atualmente é parte de um projeto autossustentável  
159 idealizado para monitoramento e controle da visitação no local. Ainda sobre o projeto, o  
160 Sr. Alexandre apontou que é gerado emprego aos monitores, que são moradores do  
161 Sana, informou que idosos acima de sessenta anos e crianças menores de doze anos não  
162 pagam. Sobre o valor cobrado atualmente (dez reais), o Sr. Alexandre questionou aos  
163 presentes qual a cachoeira que se visita hoje por menos de dez reais. Comentou que a  
164 falta de controle no acesso permite o elevado número de visitantes no local, gerando  
165 acidentes, degradação e poluição pelo turismo predatório. Declarou que o projeto foi  
166 feito com transparência e conhecimento do conselho do SANAPA e continuará sendo  
167 executado a não ser que uma ordem judicial o impeça. Declarou que não há mais o  
168 descontrole no local e que deve continuar com a cobrança ao turista para poder pagar o  
169 grupo responsável pela monitoria. Comentou que não intervém nos valores das diárias  
170 das pousadas ou nos pratos dos restaurantes do Sana e que cada um cuida de seu  
171 negócio da maneira que acha correta. O Sr. Alexandre atribuiu o número reduzido de  
172 visitantes ao momento de crise nacional e à divulgação precipitada de epidemia de febre  
173 amarela na região. Em seguida a Sr.<sup>a</sup> Vera disse que o Sr. Alexandre não estava  
174 pensando no bem coletivo, e comentou que as pousadas e comerciantes da região, assim  
175 como ela e seu marido que são aposentados e vendem pipoca para complementar a  
176 renda, estão sofrendo as consequências do baixo número de visitantes. Propôs ao Sr.  
177 Alexandre sentar com a comunidade e pensar em um pacote que não onere demais o  
178 turista, principalmente na situação atual de crise, de maneira que não prejudique a  
179 comunidade. O Sr. Alexandre comentou que antes da implantação do projeto, ele foi  
180 procurado por outros proprietários, para tentar acabar com a bagunça no local. Disse  
181 ainda que hoje o projeto emprega vinte monitores de famílias locais, contratados por mil  
182 reais cada, o que gera um custo de vinte mil reais mensais apenas para manter os  
183 monitores. Informou que nos anos de 2011 e 2012 o grupo de trabalho para  
184 monitoramento ambiental na cachoeira foi mantido com recursos da prefeitura de  
185 Macaé, mas que após mudança de prefeito o apoio foi encerrado. O Sr. Alexandre  
186 afirmou que o projeto não vai ser encerrado, pois está dentro da legalidade e trouxe  
187 apenas benefícios para a região. O Sr. Rodolfo pediu que as pessoas interessadas em  
188 fazer perguntas ao Sr. Alexandre se manifestassem para poder organizar o andamento  
189 da reunião, e esclareceu que o processo licitatório para a monitoria realizada com verba  
190 destinada pelo CBH Macaé, citado pelo Sr. Alexandre, está sendo analisado na esfera  
191 judicial e não é pauta desta reunião. Comentou também que a discussão sobre a situação  
192 do Sana já ultrapassou a competência do CBH Macaé, mas que acha necessário que a  
193 reunião continue na tentativa de resolução do conflito no local. Informou que estão  
194 presentes também representantes da Secretaria do Meio Ambiente de Macaé, Secretaria  
195 do Turismo de Macaé e do INEA, que poderia eventualmente esclarecer dúvidas caso

196 seja necessário. Continuando a reunião, a Sr.<sup>a</sup> Carla perguntou ao Sr. Alexandre se ele é  
197 realmente morador do Sana, lembrou que o Sr. Alexandre disse não interferir nos  
198 preços cobrados em pousadas e restaurantes e perguntou se ele considerava o meio  
199 ambiente um comércio por ter feito essa comparação. Finalizou questionando a  
200 cobrança realizada já que as águas dos rios não pertencem aos proprietários das terras.  
201 O Sr. Alexandre esclareceu que a cobrança é pela passagem pela propriedade e não pelo  
202 uso da cachoeira, afirmou também que em nenhuma outra propriedade do sana é  
203 permitido o acesso livre aos visitantes. Em seguida informou que constituiu uma  
204 empresa e paga os impostos devidos por isso fez a comparação com os demais  
205 comerciantes. A Sr.<sup>a</sup> Carla perguntou se seria cobrada caso entrasse no rio e fosse para a  
206 cachoeira sem passar pela propriedade e o Sr. Alexandre respondeu que não haveria  
207 cobrança nesse caso. O Sr. Rodolfo esclareceu que as águas do rio Macaé pertencem ao  
208 Estado do Rio de Janeiro e que o Sr. Alexandre não pode restringir o acesso ao rio por  
209 outros caminhos que não seja na propriedade em questão. O Sr. Tadeu questionou se o  
210 Sr. Alexandre está com toda documentação da propriedade e da empresa em dia para  
211 funcionamento. O Sr. Alexandre informou que sim, e que tem um alvará da secretaria  
212 de Meio Ambiente de Macaé. O Sr. Gabriel, representando a Secretaria de Meio  
213 Ambiente de Macaé, esclareceu que alvará é emitido pela Secretaria de Fazenda.  
214 Informou ainda que a Secretaria de Meio Ambiente é responsável por emitir o  
215 licenciamento ambiental nos casos previstos, e que para os casos não previstos pode ser  
216 emitida uma certidão como prova de que não é necessária uma certidão ambiental, mas  
217 que isso não dá permissão para o empreendimento ser executado de qualquer forma, e  
218 que deve ser analisado por outros órgãos fiscalizadores. O Sr. Tadeu insistiu para que o  
219 Sr. Alexandre apresente o alvará de funcionamento. O Sr. Rodolfo orientou que  
220 qualquer denúncia deve ser formalizada na prefeitura. O Sr. Tadeu comentou ainda, que  
221 após iniciada a cobrança para acesso à cachoeira, os monitores do projeto começaram a  
222 fazer intervenções como alargamento da trilha, plantações de bambu e desmatamento,  
223 questionando ao Sr. Alexandre se isso representa ações de proteção ambiental. O Sr.  
224 Alexandre informou que a trilha de acesso foi limpa e limitada para que não fossem  
225 abertas outras trilhas, e complementou dizendo que os bambus não foram plantados,  
226 mas colocados depois de passado o maçarico. O Sr. Paulo Sérgio, perguntou ao Sr.  
227 Alexandre por que as pessoas que trabalham no projeto não têm carteiras de trabalho  
228 assinadas e por que possui menores de dezoito anos. O Sr. Alexandre informou que  
229 todos os monitores são Microempreendedores Individuais, que cada um criou sua  
230 empresa que prestam serviço a ele, e os menores de dezoito anos tiveram que fazer a  
231 emancipação para poderem participar do projeto. Após a colocação do Sr. Antônio  
232 Rodrigues, o Sr. Alexandre informou que foi convocada uma reunião pela associação de  
233 moradores e que não aconteceu devido à ausência dos moradores. A Sr. Rita se  
234 manifestou em relação ao aumento no valor da cobrança. Ela acredita que a cobrança

235 está reduzindo o número de visitantes e afetando toda a comunidade local. Informou que  
236 ficou desempregada após o fechamento de um restaurante na região, e acredita que logo  
237 não haverá mais a quem cobrar o acesso à cachoeira, pois não haverá mais visitantes. O  
238 Sr. Alexandre informou que o estudo feito inicialmente para realização do projeto  
239 indicou a necessidade de vinte monitores e que atualmente o valor arrecadado com o  
240 pagamento pelo acesso não cobre as despesas do projeto. Informou ainda que está em  
241 busca de patrocínio e parceiros para manter o valor de dez reais da cobrança. A Sr.<sup>a</sup>  
242 Elizabete disse estar de acordo com a cobrança e acha que se deve buscar um consenso,  
243 possivelmente criando pacotes de preços. Fez os seguintes questionamentos a todos os  
244 presentes: que tipo de turismo eles desejam ter no Sana? Será que apenas a cobrança  
245 afetou o turismo na região ou a crise nacional e o anúncio de febre amarela também  
246 contribuiu? Concluiu dizendo que em quarenta anos no Sana nunca viu mobilização da  
247 comunidade para reclamar de sujeira na cachoeira, desmatamento, queimadas,  
248 pichações ou caçadores, e que isso também contribui para acabar com o turismo no  
249 Sana. O Sr. Marcelo, da Pequena Semente, informou que um funcionário da prefeitura  
250 de Macaé foi agredido dentro da secretaria de meio ambiente por dar andamento em  
251 denúncias desse tipo, e disse que o número de denúncias está diminuindo devido às  
252 ameaças e coação crescentes na região. Complementou informando que há vinte anos a  
253 Pequena Semente denuncia as irregularidades que tem conhecimento. O Sr. Márcio  
254 Nascimento discordou da Sr.<sup>a</sup> Elizabete, dizendo que pode mostrar a ela todos os  
255 registros de orientações, ações de educação ambiental e muito mais do que já foi  
256 realizado nesse período. Em seguida o Sr. Carlos, proprietário de pousada, reforçou a  
257 proposta de que sejam criados pacotes de preço para visitação em família e para finais  
258 de semana. Disse que concorda com o trabalho executado pelo projeto, mas que a  
259 comunidade deve tomar atitudes em conjunto para enfrentar a crise. A Sr. Virgínia  
260 sugeriu que seja mantida uma postura de resolução do conflito e as partes tentem entrar  
261 em acordo a partir das propostas apresentadas, pediu que as falas seguintes fossem  
262 direcionadas nesse sentido. O Sr. Nei, proprietário de pousada, informou que recebeu  
263 reclamação de hóspedes dizendo ter sido mal tratado na visitação   cachoeira. O Sr.  
264 Alexandre informou que existe uma caixa de sugestões onde já verificou realmente  
265 reclamações nesse sentido e que já houve substituic o de monitores por conta de mau  
266 atendimento. O Sr. Paulo informou que na placa indicativa da cobranç a está sendo  
267 informado que crianç as abaixo de cinco anos não pagam o que diverge do comentário  
268 do Sr. Alexandre de que seria doze anos a idade de início da cobranç a, solicitando que  
269 então se faça a correção na placa. O Sr. Alexandre comentou que por lei a cobranç a    
270 permitida para crianç as acima de cinco anos e ele por conta própria abriu mão desse  
271 direito e realiza a cobranç a apenas acima de doze anos. O Sr. Paulo Sérgio afirmou ter  
272 visto que os monitores estão realizando a cobranç a por crianç as acima de cinco anos,  
273 como indicado na placa. O Sr. Alexandre pediu para que o Sr. Paulo leve essa

274 reclamação para tomarem providências. O Sr. Pedro Adnet comentou sobre o direito do  
275 Sr. Alexandre sobre a propriedade, apontou a importância do local para a coletividade,  
276 comentou que na compra de uma propriedade se herda os benefícios e os ônus, disse  
277 acreditar que quem busca viver num local como o Sana procura tranquilidade e  
278 qualidade de vida, e então perguntou ao Sr. Alexandre se mesmo num cenário de  
279 conflito com a comunidade, onde a maioria se manifestou contrária não à cobrança mas  
280 à forma como esta está sendo feita, ele prefere tomar uma postura rígida e imutável do  
281 projeto ou se há possibilidade de buscar um consenso a partir das ideias e reclamações  
282 levadas pelos moradores. O Sr. Alexandre concordou com os comentários do Sr. Pedro,  
283 comentou que por ser o proprietário do local é também responsabilizado pelos danos  
284 ambientais que ocorrem, disse que as opções que restaram a ele foram: o fechamento da  
285 propriedade ou a implantação do projeto, portanto sua escolha em realizar o projeto que  
286 não cobra o acesso dos moradores mostra o respeito que tem pela comunidade.  
287 Comentou ainda que respondeu uma ação que durante dezessete anos, por ter sido  
288 acusado de desmatamento por ter ajudado a fazer um campo de futebol no Sana, cuja  
289 intenção foi de melhorar a prática do esporte na região. Disse que todas as ações que  
290 realizou foram para o benefício da comunidade e por isso não tem nenhum interesse em  
291 enfrentá-los, entretanto há uma parcela da comunidade que vive do turismo  
292 insustentável e não estão satisfeitos com as medidas adotadas no projeto. O Sr. Rodolfo  
293 reforçou o questionamento do Sr. Pedro se o Sr. Alexandre está disposto a dialogar com  
294 a comunidade sobre a forma do projeto e o Sr. Alexandre respondeu que sim. A Sr.<sup>a</sup>  
295 Lúcia, comerciante, comentou que acha justo que seja cobrado o acesso, para dessa  
296 forma conseguir organizar a visitação e diminuir o impacto na propriedade, mas não  
297 acha justo que o impacto provocado na comunidade seja negligenciado. Reforçou a  
298 proposta de buscar uma alternativa que melhor se adapte à comunidade no atual cenário.  
299 Propôs que terça-feira (23/05) seja realizada uma reunião para buscar essa alternativa. O  
300 Sr. Rosalvo, representante da secretaria de turismo de Macaé, comentou que a falta de  
301 turismo é em todo o município e não apenas no Sana, apontou que a prefeitura viu com  
302 “bons olhos” o projeto do Sr. Alexandre por desonerar a máquina pública. Lembrou que  
303 a visitação às cachoeiras no Sana nunca ficou desassistida. Comentou que está no setor  
304 público há dezoito anos e que esse é o pior momento que já viu o município passar. O  
305 projeto de monitoria apresentado pelo Sr. Alexandre trouxe a possibilidade de  
306 continuação do suporte à visitação sem exigir recursos humanos ou financeiros da  
307 prefeitura, que acompanhou o projeto do início. Entretanto com o aumento do valor de  
308 cinco para dez reais e o surgimento de outros fatores que afetam a dinâmica do turismo  
309 e economia do local, acredita que o projeto deve ser repensado. Informou que o Poder  
310 Público não ficará omissivo e propõe que a reunião sugerida seja depois da terça-feira  
311 para poder organizar melhor e viabilizar maior participação. Ficou definido pelos  
312 presentes que na próxima sexta-feira (26/05), no turno da manhã, seria uma melhor



313 opção de data. O Sr. Rosalvo informou que a maior parte dos eventos realizados em  
314 Macaé hoje é feito por Parceria Público-Privada e acha que deva ser assim no Sana  
315 também. O Sr. Alexandre informou que não é o único proprietário do sítio Bambu, há  
316 também o Sr. Jorge Jesus, da família Jesus, informou que o sítio Amoreira também é  
317 parceiro do projeto de monitoramento, portanto ele não é o único envolvido no projeto.  
318 Agradeceu o envolvimento do CBH Macaé e reforçou que não há possibilidade da  
319 exceder o limite diário de mil e cem visitantes. O Sr. Marcelo, da Pequena Semente,  
320 perguntou se o Sr. Alexandre tem o projeto para apresentar. O Sr. Alexandre respondeu  
321 que levará na reunião marcada para a próxima sexta-feira. O Sr. Marcelo continuou e  
322 perguntou se no projeto tem algum profissional qualificado para orientar tecnicamente  
323 as ações realizadas, e por último, por que estão interferindo do direito de ir e vir das  
324 pessoas na trilha principal. O Sr. Alexandre respondeu que na trilha principal não há  
325 nenhuma interferência, e que existe sim pessoas qualificadas no projeto. O Sr. Marcelo  
326 solicitou que os comprovantes sejam levados para a reunião agendada para confrontar  
327 com as fotos e relatos que ele tem conhecimento. Em seguida o Sr. Marcelo se  
328 aproximou do Sr. Alexandre e ameaçou agredi-lo, sendo em seguida afastado do Sr.  
329 Alexandre que ficou indignado com a atitude. Em seguida o Sr. Márcio Nascimento se  
330 disse estar orgulhoso da reunião promovida pelo CBH Macaé por possibilitar a  
331 participação da sociedade civil nas decisões. Comentou que o direito de propriedade  
332 particular não é absoluto, deve ser avaliado também o interesse social e coletivo.  
333 Comentou que o Sr. Rosalvo assumiu uma grande responsabilidade e será cobrado por  
334 isso. Defendeu que as decisões tomadas na resolução desse conflito devem ser  
335 democráticas e atender ao interesse da comunidade e das gerações futuras e por isso é  
336 responsabilidade de todos. Afirmou que o Sr. Alexandre sabe que o local não estava  
337 abandonado como comentara. Finalizou agradecendo novamente e se colocando à  
338 disposição para capacitar e orientar os monitores caso haja necessidade. O Sr.  
339 Alexandre comentou que deveria haver mais respeito por ele e por todos os envolvidos  
340 nas ações em defesa da região ao longo dos anos, e agradeceu novamente ao CBH  
341 Macaé pela reunião e pelo convite. Em seguida o Sr. Pedro informou que ainda resta  
342 uma empresa interessada na construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH)  
343 logo depois da ponte do portal do Sana. Lembrou que a maioria da população se  
344 posicionou contra a construção das três PCHs inicialmente divulgadas e reforçou a  
345 importância de mobilização da comunidade para lutar por seus interesses. O Sr. Carlos  
346 Jerônimo alertou que o local citado pelo Sr. Pedro faz parte da APA do Sana, entretanto  
347 não está regulamentado no Plano de Manejo e no Zoneamento Ambiental e isso é  
348 gravíssimo por não haver então restrições a projetos como a construção de PCHs,  
349 apontou a urgência da revisão do Plano de Manejo e do Zoneamento para servir de  
350 instrumentos de controle nas áreas que não estão regulamentadas, sugerindo que a  
351 comunidade de Sana cobre do conselho gestor. Finalizando a reunião o Sr. Rodolfo

352 agradeceu a presença de todos e colocou o CBH à disposição da comunidade. Nada  
353 mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Sidney Porto Soares, assinada  
354 pelo Diretor Presidente do CBH Macaé, Sr. Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra e  
355 por quem mais desejar.

Rodolfo dos Santos Coutinho Coimbra  
Diretor Presidente do CBH Macaé